



PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0007009-91.2010.2.00.0000**Requerente:** Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Rondônia**Requerido:** Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**Advogado(s):** DF016275 - Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior e Outros (REQUERENTE)

QUESTÃO DE ORDEM

Na Sessão de 2 de março de 2011, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça, por maioria de votos, julgou parcialmente procedente o pedido de providências, para desconstituir a deliberação do Tribunal de Justiça de Rondônia, no tocante ao preenchimento da 21ª vaga do quinto constitucional reservada aos advogados, e determinar a realização de outra, em sessão pública, com votação aberta, nominal e fundamentada, nos termos da Recomendação nº 13 do Conselho.

Em 13 de abril de 2011, a OAB/RO juntou aos autos ata da Sessão do Tribunal de Justiça de Rondônia, contendo deliberação pelo não cumprimento da decisão deste CNJ. Após a petição da OAB/RO, o Tribunal informou que na Sessão de 28.03.2011, deliberou submeter o caso à apreciação do Supremo Tribunal Federal, destacando que a decisão deste CNJ não fixou prazo para seu cumprimento.

Em 18 de abril de 2011, o Tribunal informou ter impetrado o Mandado de Segurança nº 30531, perante o STF, distribuído à Ministra Carmem Lúcia. Em 15.4.2011, a Ministra Relatora proferiu despacho determinando o seguinte:

“3. Pelo exposto, comprove o subscritor da petição inicial eletrônica, no prazo de cinco (5) dias, dispor poderes para representar o Tribunal de Justiça de Rondônia, bem como o interesse deste em impugnar o ato indigitado coator, sob pena de denegação da ordem, nos termos do § 5º do art. 6º da Lei n. 12.016/2009.”

Entendo que a mera possibilidade jurídica de questionamento das decisões do Conselho Nacional de Justiça perante o STF, com fundamento no artigo 102, I, r, da CF, não autoriza o seu descumprimento pelo Tribunal de Justiça de Rondônia. Em outros termos, enquanto não suspensa a decisão do CNJ, na ação proposta perante o STF, é ilegítima a recusa de seu cumprimento pelo Tribunal de Justiça de Rondônia.

Em face do exposto, proponho a fixação do **prazo de 15 (quinze) dias** para cumprimento da decisão deste Conselho pelo Tribunal de Justiça de Rondônia.

JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ em 25 de
Abril de 2011 às 21:42:41



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

28/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **860007**



11042615243700000000000859299